

Telecom Italia teria investigado ministros de Lula

Assim como o Opportunity, a Telecom Italia também pode ter investigado ministros do governo federal. Empenhados em uma feroz disputa empresarial pelo controle da Brasil Telecom, uma das três grandes operadoras de telefonia do país, tanto o banco de Daniel Dantas quanto a operadora de telecomunicações italiana contrataram profissionais em investigação empresarial para saber das atividades do adversário e de seus aliados no poder.

A divulgação de que o Opportunity contratou a Kroll para demonstrar prática de fraudes empresariais transformou-se em inquérito da Polícia Federal e denúncia do Ministério Público contra Daniel Dantas e a ex-presidente da Brasil Telecom Carla Cicco. O processo gerou muito barulho e poucos resultados. Técnicos foram presos e equipamentos apreendidos. Mas as acusações caíram por terra quando o Instituto de Criminalística da Polícia Federal atestou que os aparelhos não se destinavam a interceptar ligações telefônicas e sim para varreduras. O Juiz determinou, 3 meses após a apreensão, a devolução dos dispositivos.

Ao palmilhar os passos dos negócios da Telecom Itália com a Brasil Telecom, os investigadores da Kroll acabaram constatando também o envolvimento do ex-secretário de Comunicação do governo federal Luiz Gushiken; e do ex-presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb. De acordo com a Kroll, as informações levantadas pela empresa eram públicas e foram obtidas de forma legal. O que se constatou é que os petistas, no comando de fundos de pensão, tentaram eliminar Dantas para favorecer os italianos.

Nos capítulos seguintes, a Telecom Italia associou-se ao ex-adversário, Daniel Dantas. O Citigroup, por sua vez, deserdou Dantas e juntou-se a Gushiken (leia-se: fundos de pensão).

A imprensa italiana, agora, trouxe novos episódios do caso, conforme revela reportagem deste domingo (29/10) do jornal *Folha de S. Paulo*. Um espião arrependido, que trabalhava para a Telecom Italia afirmou que tornaram-se alvo também ministros do governo Lula: Márcio Thomaz Bastos, da Justiça; e Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Eles teriam sido monitorados no início de 2005.

A reportagem, assinada pela repórter Janaína Leite, da Itália, cita como fonte das informações sobre o esquema de espionagem da Telecom Italia o ex-detetive italiano Mario Bernardini. Contratado na época pelo grupo italiano, Bernardini aderiu a um programa de delação premiada e se tornou a principal testemunha do Ministério Público italiano em investigações que envolvem suposta rede de espionagem e propinas da Telecom Italia no país e no exterior.

A ordem para espionar os ministros, conforme Bernardini diz na reportagem, teria partido do chefe de segurança para a América Latina da Telecom Itália, Angelo Jannone. O objetivo era saber se os ministros tinham contato com os adversários da Telecom Italia. O detetive, porém, não sabe se a espionagem foi consumada.

Bernardini contou à *Folha* que “no Brasil, a Telecom Italia pagou lobistas, advogados, organizadores de eventos e agentes federais aposentados em troca de informações estratégicas dos concorrentes, de

processos sigilosos e decisões governamentais”.

Bernardini citou como colaboradores de Jannone nas espionagens, o lobista Alexandre Paes dos Santos e o advogado **Marcelo Elias**. Santos, o APS, tornou-se nacionalmente conhecido como lobista em Brasília. Marcelo Elias é advogado e sócio do empresário **Luís Roberto Demarco**, que especializou-se no municiamento de acusações contra Daniel Dantas em disputas empresariais. Demarco tem em sua biografia a façanha de ter inventado as lojas virtuais do PT, grande fonte de renda do Partido antes do mensalão. Foi a única experiência de um partido político a usar o comércio eletrônico como forma de arrecadar dinheiro para a campanha política. Assim, Demarco aproximou-se do PT.

Já Marcelo Elias ficou conhecido por ter sido o possível redator de uma ação apresentada pelo procurador da República, **Luiz Francisco de Souza**, contra Daniel Dantas e sua turma. No dia 3 de setembro de 2004, a **Consultor Jurídico** informava: “Uma Ação de Improbidade Administrativa combinada com Ação Civil Pública apresentada por ele [*Luiz Francisco*] um dia antes, apresentou uma esquisitice. O arquivo em que foi digitada a ação não tem origem na Procuradoria, onde Luiz Francisco trabalha, mas no computador de um empresário que é parte interessada na causa em questão. A ação tinha como origem o computador do advogado e empresário Marcelo Elias. A empresa dona do computador é a Nexxy Capital, pertencente a Demarco.

A ação, que ainda existe, citava e “reproduzia” trechos de reportagem que a Folha de S.Paulo jamais publicou. O único desdobramento que a descoberta da fraude teve foram quatro ações criminais apresentadas por Demarco contra a direção deste site. Todas elas foram preliminarmente rejeitadas pela Justiça. Luiz Francisco foi promovido a procurador regional da República.

De acordo com Bernardini, Elias recebeu da Telecom Italia US\$ 500 mil entre 2005 e 2006 pelos seus serviços. Marcelo Elias, procurado pelo jornal, admite ter recebido US\$ 250 mil.

Date Created

30/10/2006